

O plano e a língua de Esopo

ESTADO DE SÃO PAULO
04 JUL 1990
MAURO GUIMARÃES

O jornalista Augusto Nunes tem alertado, com frequência, para o desatino do empobrecimento progressivo da língua nacional, resultado mais grotesco e visível da falência do ensino brasileiro. O quadro, dramático, é ainda agravado por uma postura alineada de alguns intelectuais bem situados, que reafiram não ser prioritário nem mesmo importante o correto uso da língua.

Aos deserdados, às legiões de analfabetos e semi-analfabetos, nada a cobrar, pois, na verdade, eles são credores de uma sociedade injusta e burra, que os mantém marginalizados dos benefícios da educação, recusando-lhes, assim, condições mínimas de participação no processo de desenvolvimento e avanço social. Mas, para os que puderam e podem estudar e até fizeram longas carreiras acadêmicas, o mau uso da língua, por incompetência ou má fé, é irresponsabilidade grave, que deve ser permanentemente cobrada.

Esse é o caso, para ficar apenas no exemplo recente da discussão que domina os espaços na imprensa, rádio e televisão, envolvendo, de um lado, a equipe econômica do governo, e, de outro, uma legião de economistas e de políticos. Políticos e economistas, geralmente de olho cobiçoso nas próximas eleições ou nos novos contratos, anunciam o fim do Plano Collor. O mínimo que dizem é que o plano explodiu. A equipe econômica, por sua vez, depois de ter implodido a poupança de milhões de brasileiros, não conseguiu, até hoje, explicar corretamente à sociedade o que é, afinal, o Plano Collor.

É nesse cenário que a língua é usada de má fé ou com incompetência, transmitindo-nos a desconfortável sensação de que, de novo, está sendo instrumento de alguma trapaça.

A suspeita nos transporta para uma fábula que o Larousse conta e



8 Colunista Brasil

segundo a qual, tendo o Senhor recomendado que comprasse, sucessivamente, no mercado, o que de melhor houvesse, depois o pior, Esopo de cada vez só comprou língua, explicando depois que, conforme o uso que o homem faz de seu idioma, ele pode ser tanto a melhor quanto a pior das coisas.

Para os que fazem mau uso da língua na crítica ou no encaminhamento do plano, na tentativa sorrateira de miná-lo ou na incapacidade de administrá-lo adequadamente, será pelos menos justificada a lembrança de que a sociedade que paga todos os planos do governo sabe que terá de pagar o próximo, se o atual também não der certo. Mas ela também encontrará meios de cobrar dos considerados a irresponsabilidade ou a trapaça.

Mas, afinal, o que são essas medidas denominadas genericamente de Plano Collor ou plano de estabilização? Talvez não seja exagero afirmar

A nova política industrial poderá nos libertar das âncoras do passado

que algumas delas, as principais, pelo menos, foram medidas corretas, corajosas e modernizadoras e, no entanto, quase todas maleficidas à sociedade. Recordemos.

De inicio, através de uma medida violenta, mas de diagnóstico correto, que identificou um excesso de liquidez na economia, o governo, não podendo, como outros no passado, lançar mão de empréstimo compulsório, que se tornara inconstitucional, congelou os cruzados, criando ou recriando uma moeda nova, o cruzeiro. Enxugou a liquidez. A inflação, que passara da casa dos 90% mensais, caiu para menos de 10% em cerca de dois meses. O governo, porém, que reclama do que chama de resistente cultura inflacionária da sociedade, jogou fora, no mínimo, o efeito psicológico positivo que se tinha conseguido com a grande derrubada dos índices, ao anunciar, precipitada e desastradamente, a inflação zero.

Implementou-se também a reforma fiscal, com importante aumento

de impostos, principalmente do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que, pela primeira vez em muitos anos, alcançou as maiores rendas nacionais. De alta relevância foi a extinção dos títulos ao portador, corrindo uma espécie de amoralidade que vigia na economia nacional. Os títulos ao portador, na verdade, sancionavam um relaxado ambiente de coisas ilegais na economia e tinham, como sabemos, se transformado em verdadeira moeda de liquidação de operações ilegais, como contrabando e comércio de drogas. A própria reforma administrativa, embora conduzida atabalhoadamente e sofregamente, teve ganhos importantes no sentido de diminuir o inchaço da máquina estatal, apesar dos ataques que recebe da CUT e das cabeças ilustradas da política nacional, que, no entanto, parecem estar, não a serviço da social-democracia, mas muito mais da social-burocracia.

Por último, e esperemos que não finalmente, no caminho dos acertos, e não das trapalhadas em que, em rotina já meio assustadora, se envolvem com frequência membros importantes do governo, tivemos a anunciada nova política industrial. Ela pode ser, definitivamente, instrumento lúcido de modernização e enriquecimento do País. E, no entanto, em alguns círculos políticos, acadêmicos e no próprio governo, vem sendo encarada como medida de segunda classe. Em geral, ela é discutida como política de liberação de importações, mas é muito mais do que isso. É a primeira tentativa séria que empreendemos em anos de, através da melhoria da competitividade nacional, nos tornarmos parceiros das novas e desafiadoras realidades da economia mundial. A economia mundial é a força dominante no mundo de hoje, e não mais as macroeconomias dos Estados nacionais, como são exemplos vigorosos o Japão e a Alemanha e, mais recentemente, a Coreia do Sul.

Essa nova política industrial poderá fazer mais que melhorar a competitividade da economia nacional. Ela poderá, finalmente, nos libertar das âncoras do passado, representado pelo velho e resistente conluio entre militares, uma parte da esquerda brasileira e, é claro, os donos dos grandes cartórios, que, em nome da potência ou do nacionalismo, sempre rejeitaram mudanças e modernização.

Como se vê, não foram poucas as coisas boas engendradas pelo novo governo. Como também não foram poucas suas trapalhadas. Mas, quem sabe, talvez recordando o que já fez de bom, ajudemos o governo a aceitar definitivamente os seus passos. Será preciso, pelo menos para começar, encontrar um bom e honesto advogado, um locutor e um redator. Presidente, todos sabemos que já temos.

□ Mauro Guimarães, jornalista, é vice-presidente da Salles Interamericana.

